



União Brasileira de Advogados
Classe Especial de Advocacia
Braga, Brandão, Costa & Brilhante

Braga, Brandão, Costa & Brilhante
Advogados

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:

JOSE VALTER PEDRO DA SILVA, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF nº 728.752.914-91 e RG nº 1620985 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Severino Soares, S/N, Bairro Jardim Guanabara, CEP 58.701-380.

OUTORGADOS:

DANIEL BRAGA DE SÁ COSTA, OAB/PB 16.192, brasileiro, casado, GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO, OAB/PB 16.870, brasileiro, casado, e FERNANDA MORAIS DINIZ FÉLIX FREITAS, OAB/PB 19.479, brasileira, casada, advogados, todos com endereço profissional na Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, Patos - PB, onde deverão receber as comunicações processuais de estilo.

PODERES:

O OUTORGANTE nomeia e constitui os OUTORGADOS seus bastante procuradores, onde com esta se apresentam, outorgando-lhes os necessários poderes para representá-lo em juízo ou fora dele conforme consagra o artigo 105 do Código de Processo Civil, concedendo-lhe ainda, poderes para agir em qualquer ação em que for autor, réu, assistente ou oponente, podendo tudo praticar, requerer, assinar, com poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, reconvir, concordar, discordar, ratificar, receber quantias, receber citações e intimações, dar quitação, acompanhar quaisquer procedimentos em todos os termos ou instâncias, representar perante repartição, autarquia ou órgão federal, estadual ou municipal, firmar qualquer compromisso e ainda praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao integral e fiel cumprimento do presente mandato para que o confere os mais amplos poderes, bem como os contidos na cláusula "ad iudicia et extra" podendo substituí-los, no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes aqui conferidos, inclusive os dispostos nas leis 1.060/50, 5.584/70, 7.510/86 e, especificamente, poderes para assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme art. 1º da lei 7.115/83 e da lei 1.060/50.

Patos, 02 de Março de 2017.

OUTORGANTE

João Pessoa - PB: Av. Flamboyant, nº 120, Empresarial Fortman Center, Sala 201, Balcão 1
Patos - PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro.
(83) 98610-1234/99564-2019/98712-9022 - bcbadvocacia.adv.br





DANIEL BRANDÃO DA COSTA
GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO
BRUNO DELGADO BRILHANTE

Broga, Brandão, Costa & Brilhante
Advogados

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA FINS JUDICIAIS

JOSE VALTER PEDRO DA SILVA, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF nº 728.752.914-91 e RG nº 1620985 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Severino Soares, S/N, Bairro Jardim Guanabara, CEP 58.701-380, declara, sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

Patos, 02 de Março de 2017.

DECLARANTE

João Pessoa - PB: Rua Flamboyant, nº 405, 1º andar, sala 204, Anatólia, 58052-010
Patos - PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, 58700-070
(81) 8810-1234/9996-4553/8712-9022 - bcbadvpcacia.adv.br







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
3ª REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
15ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
PLANTÃO CENTRALIZADO - PATOS/PB



Rua Bossuet Wanderley, 257, Centro, Patos/PB, CEP: 58700-410 -
Tel./Fax: (83) 3423-2553

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Livro de Ocorrência desta Delegacia, encontrei uma Ocorrência Policial N° 1330/16 cujo teor passa a transcrever na íntegra: Aos **VINTE TRÊS (23)** dias do mês de **MARÇO** do ano de **DOIS MIL E DEZESSEIS (2016)**, nesta cidade de Patos/PB, no Cartório desta Delegacia, sob a responsabilidade da Autoridade Policial, Bel. MANOEL MARTINS FERNANDES, compareceu o (a) Sr. (a) **JOSE VALTER PEDRO DA SILVA**, brasileiro(a), RG 1620985 SSP/PB, CPF 728.752.914-91, nascido em 20/10/1967, natural de Santa Terezinha/PB, Filho(a) de Inácio Pedro de Souza e Maria das Neves da Silva, Residente na Rua Severino Soares, s/n, Jd. Guanabara, Patos/PB, tel. (83) 99836.9179, a fim de prestar a seguinte ocorrência:

QUE, na data 04/12/2015, por volta das 19:00 horas, conduzia sua moto de marca/modelo HONDA/CG 150 FAN ESDI, placa OFD-8043/PB, Cód. Renavam 0100125668-6, licenciada em nome do notificante, quando no bairro Bivar Olinto, nesta cidade, foi abalroado por um veículo que avançou o cruzamento indevidamente; Que, não foi possível identificar o referido veículo, porque o mesmo se evadiu do local; Que foi socorrido por terceiros e levado para o Hospital Regional de Patos.

Nada mais havendo a constar, encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé. TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).

Notificante:

Jose Valtter Pedro da Silva

Patos/PB, 23 de março de 2016

Ana Maria da C. Leandro
Ana Maria da C. Leandro
Agente de Investigação Pol. Civil.
MT 138.428-7



**CAGEPA**

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PATOS
Rua Feliciano Cirra, 228 - Jardim João Pessoa - PB
CEP: 58.015-070 - CNPJ: 02.123.654/0001-67

PARA CONTABILIZAÇÃO INSCRIÇÃO
MATRICULA
67466753
REFERENCIA

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

FEV/2016

JOSÉ VALTER P. DA SILVA
RUA SEVERINO SOARES S/N
CENTRO
PATOS

58701-380

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
075.09.260.0279	0	Residencial	Comercial	Industrial	Outro	67466753
1	0	0	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y04X025789	24/11/2004	4	LIGADO	POTENCIAL		

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NºM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA
1377	1381	4	33	15/03/2016
MIST. DE CONS./ANOR. LEIT. 1 QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS				
AGO/2015	2	0	MÉTODO DE AMOSTRAS	
SET/2015	3	0	PARÂMETROS EXIC.	ANALIS. CONFORMES
OUT/2015	3	0	COLIFORMES	0 0 0
NOV/2015	3	0	COLIFORMES	91 95 95
DEZ/2015	4	0	CLORO	91 95 95
JAN/2016	4	0	TURBIDEZ	45 30 30
MEDIA(H)	3	DADOS REFERENTES A: DEZ/2015		

DATA DA LEITURA: 16/02/2016	HORA DA LEITURA: 11:19:07
DESCRIÇÃO	CONSUMO VL ÁGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$)
RESIDENCIAL CONSUMO ATÉ 10m	10 52,78 R\$32,78
047-JUROS DE MORA	R\$0,39
050-ACRESCIM(S) NES(ES) ANT.	R\$0,53

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$3,03 PIS E COFINS: LEI 12.741/12.

VENCIMENTO:

27/02/2016

Total a Pagar:

R\$33,70

v. 15,7 R. 1,0



REALIZAÇÃO DE LEITURA REALIZADA
REALIZAÇÃO DO FATURAMENTO REAL TIPO DE TARIFA: NORMAL

POSICÃO DE DEB. ANTERIOR(ES)
EXISTE(N) CONTA(S) ANTER. EM DÉBITO.

INFORMAÇÕES GERAIS:

MULHER QUE SE AMA, SE CUIDA, DIFUNDO ROSA - CAMPANHA EM PROL DA
DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER DE MAMA

**CAGEPA**

MATRICULA	REFERENCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
67466753	FEV/2016	27/02/2016	R\$33,70

52670000000-1 33780010820-2 74667530220-0 16000000002-3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 011754418940
 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

CPF: 0100125668-6
 DATA: 2015/04/06
 ANO: 2015

JOSE VALTER PEDRO DA SILVA

CPF: 72975291491
 PLACA: OFD8043/PB

WOTO PB 9CZKC1680Z529088

PAS/MOTOCICLETA/NO APLIC COMBUSTÍVEL
 ALCO/GASOL

HONDA/CG150 PAN ESDI 2014 2014

2 P/149 /CI CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE
 VERMELHA

IPVA PAGO EM 16/03/2015

PREÇO TOTAL (R\$) 0 DATA DE PAGAMENTO 16/03/2015

SEGURO P A G O 16/03/2015

A.F. ADM DE CONC NACION HONDA LTDA

PATOS-PB 0

36838 16/03/2015 38857





CNPJ: 08.778.268.002/76	CNPJ: 08.778.268.002/76
HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO	HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO
RUA HORACIO NOBREGA, S/N	RUA HORACIO NOBREGA, S/N
PATOS	PATOS
ESTADO: PARAIBA	ESTADO: PARAIBA
UF: 26	UF: 26
Sexo: M	Sexo: M
Num.: (83)9575-9845	Num.: (83)9575-9845
Fone: (83)9575-9845	Fone: (83)9575-9845
Identidade: 1620985 SSP-PB	Identidade: 1620985 SSP-PB
Reg. Nasc.: 1620985 SSP-PB	Reg. Nasc.: 1620985 SSP-PB

RECIBO DE DEPÓSITO

FECHA: 07/06/2015
HORA: 19:17:12

RECEPCIONISTA: Thaís

FICHA NÚMERO: 104401

PESO: 706.2035 PA
TEMP: 82.34 °C

14009

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

And ✓ M L -
a car D

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

Smili sm 8 ym

CARÁTER DO ATENDIMENTO

02 - URGÊNCIA

03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO DESCRITTO

Num.:
Fone: (83)9676-9845

DIAGNÓSTICO

CID-10:

MEDICAÇÃO

RESIDÊNCIA

☐ **Other**

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

[illegible]

Assoc. des Producteurs Asiatiques - cambodje

Dr. Marcelo Alves

Medico / Cnm / Cns

CHENEPE FILM
TEÓFILO GREGÓRIO DE ANDRADE • 2503 • 700-0030-9099-2709

ABS, PATIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

110

ASS. REVISOR TÉCNICO - carimbo





**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA**

Processo nº 0804685-56.2017.8.15.0251

DESPACHO

Vistos, etc.

1. Ao analisar a inicial e os documentos constantes dos autos, verifico que a parte Autora exerce profissão, mas não informa seus rendimentos. A fim de verificar a situação de hipossuficiência econômica alegada pela parte Autora, conforme faculta o art. 99, §2º do CPC/2015, determino a juntada das declarações de Imposto de Renda prestadas a Receita Federal nos últimos 3 (três) anos (caso seja empresário – em qualquer nível – juntar IRPJ ou similar). Não possuindo, traga aos autos declaração ou comprovação de que não declara o imposto de renda (IRPF e/ou IRPJ), **juntando, em qualquer caso, os comprovantes de seus rendimentos de trabalho e/ou aposentadoria e CTPS**, informando seus eventuais gastos, caso existam, podendo o(a) Autor(a) fazer as manifestações que achar pertinentes. Prazo: 15 dias.

2. Caso a parte não se manifeste acerca da providência acima, intime-se novamente, desta vez para regularizar o prosseguimento do feito, em 15 (quinze dias) dias, providenciando o recolhimento das custas processuais, sob pena de extinção.

Diligências necessárias.

Patos, data eletrônica.

**Bruno Medrado dos Santos
Juiz de Direito**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE PATOS-PB.**

**SEGUE ANEXA EM FORMATO PDF, DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE
IMPOSTO DE RENDA CONFORME SOLICITADO.**



DECLARAÇÃO DE ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA- PESSOA FÍSICA

Eu, **JOSÉ VALTER PEDRO DA SILVA**, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF Nº 728.752.914-91 e RG Nº 1620985 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Severino Soares, S/N, bairro Jardim Guanabara, CEP 58.701-380, afirmo que sou isento de declarar o Imposto de Renda pelo motivo de não alcançar renda suficiente para ultrapassar o teto mínimo estabelecido pela Receita Federal, para que se haja obrigação em declarar tal imposto. Afirmo ainda, que esta declaração segue em conformidade com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864 de 25 de julho de 2008, relatando que deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir de 2008; também segue em conformidade com o previsto na Lei nº 7.115/83 relatando que a isenção poderá ser comprovada mediante de declaração escrita e assinada pelo próprio interessado.

Alego ser verdade todo o exposto acima.

Patos, 17 de 10 de 2018.

José Valter Pedro da Silva





**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA**

Processo nº 0804685-56.2017.8.15.0251

DESPACHO

Vistos, etc.

A petição inicial tem como autora MARIA APARECIDA LUCENA DA NÓBREGA e a causa de pedir é um acidente no trânsito sofrido em 05/02/2016. Ocorre que a documentação que acompanha a inicial é relativa a JOSE VALTER PEDRO DA SILVA, nome que figura neste processo no sistema PJe, cujo acidente ocorreu em 04/12/2015.

Destarte, intime-se a parte autora, por seu advogado, para esclarecer a situação e proceder às correções necessárias no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.

Cumpra-se. Diligências necessárias.

Patos, 5 de setembro de 2019

Bruno Medrado dos Santos
Juiz de Direito



-

Fica(m) o(s) Advogado(s) da parte autora intimado(s) para os termos do Despacho id 24159161.

Patos, 20 de fevereiro de 2020.

Chrystina Medeiros Cavalcanti
Técnica Judiciária
(assinatura eletrônica)



Anexa.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA
MISTA DA COMARCA DE PATOS/PB.**

Processo nº: 0804685-56.2017.8.15.0251

Autor: José Valter Pedro da Silva.

Réu: Seguradora Líder S/A.

JOSÉ VALTER PEDRO DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos, por intermédio de seus procuradores e advogados *in fine* assinados, vêm, perante Vossa Excelência, conforme solicitado, apresentar e requerer nos seguintes termos:

Em obediência ao despacho retro ID 24159161, a parte autora informa nesta oportunidade, que no momento do protocolo desta demanda, houve equívoco quanto a juntada de documentos aos autos, haja vista, o presente processo versar em razão do Sr. José Valter Pedro da Silva, sendo que os anexos são referentes a terceiro.

Sendo assim, o autor esclarece que a presente demanda faz referência ao Sr. José Valter Pedro da Silva, bem como, o promovente anexa aos autos nesta ocasião, todos os documentos necessários e constitutivos ao seu direito, ou seja, devendo todos os documentos que fazem menção a Sra. Maria Aparecida Lucena da Nóbrega, serem desconsiderados.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Patos/PB, 18 de março de 2020.

GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO

OAB/PB 16.870

ELIAKIN OLIVEIRA BRANDÃO

OAB/PB 25.151





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
3ª REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
15ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
PLANTÃO CENTRALIZADO - PATOS/PB



Rua Bossuet Wanderley, 257, Centro, Patos/PB, CEP: 58700-410 -
Tel./Fax: (83) 3423-2553

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Livro de Ocorrência desta Delegacia, encontrei uma **Ocorrência Policial N° 1330/16** cujo teor passa a transcrever na íntegra: Aos **VINTE TRÊS (23)** dias do mês de **MARÇO** do ano de **DOIS MIL E DEZESSEIS (2016)**, nesta cidade de Patos/PB, no Cartório desta Delegacia, sob a responsabilidade da Autoridade Policial, Bel. MANOEL MARTINS FERNANDES, compareceu o (a) Sr. (a) **JOSE VALTER PEDRO DA SILVA**, brasileiro(a), RG 1620985 SSP/PB, CPF 728.752.914-91, nascido em 20/10/1967, natural de Santa Terezinha/PB, Filho(a) de Inácio Pedro de Souza e Maria das Neves da Silva, Residente na Rua Severino Soares, s/n, Jd. Guanabara, Patos/PB, tel. (83) 99836.9179, a fim de prestar a seguinte ocorrência:

QUE, na data 04/12/2015, por volta das 19:00 horas, conduzia sua moto de marca/modelo HONDA/CG 150 FAN ESDI, placa OFD-8043/PB, Cód. Renavam 0100125668-6, licenciada em nome do notificante, quando no bairro Bivar Olinto, nesta cidade, foi abalroado por um veículo que avançou o cruzamento indevidamente; Que, não foi possível identificar o referido veículo, porque o mesmo se evadiu do local; Que foi socorrido por terceiros e levado para o Hospital Regional de Patos.

Nada mais havendo a constar, encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé. TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).

Notificante:

Jose Valtér Pedro da Silva

Patos/PB, 23 de março de 2016

Ana Maria da C. Leandro
Ana Maria da C. Leandro
Agente de Investigação Pol. Civil.
MT 138.428-7



**CAGEPA**

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PATOS
Rua Feliciano Cirra, 228 - Jardim João Pessoa - PB
CEP: 58.015-070 - CNPJ: 02.123.654/0001-67

PARA CONTABILIZAÇÃO PROPRIETÁRIO
MATRICULA
67466753
REFERENCIA
FEV/2016

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

FEV/2016

JOSE VALTER P. DA SILVA
RUA SEVERINO SOARES S/N
CENTRO
PATOS

58701-380

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
075.09.260.0279	0	Residencial	Comercial	Industrial	Outro	67466753
1	0	0	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y04X025789	24/11/2004	4	LIGADO	POTENCIAL		

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NºM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA
1377	1381	4	33	15/03/2016
MIST. DE CONS./ANOR. LEIT. E QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS				
AGO/2015	2	0	MÉTODO DE AMOSTRAS	
SET/2015	3	0	PARÂMETROS EXIC.	ANALIS. CONFORMES
OUT/2015	3	0	COLIFORMES	0 0 0
NOV/2015	3	0	COLIFORMES	91 95 95
DEZ/2015	4	0	CLORO	91 95 95
JAN/2016	4	0	TURBIDEZ	45 30 30
MEDIA(H)	3	DADOS REFERENTES A: DEZ/2015		

DATA DA LEITURA: 16/02/2016	HORA DA LEITURA: 11:19:07
DESCRIÇÃO	CONSUMO VL ÁGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$)
RESIDENCIAL CONSUMO ATÉ 10m	10 52,78 R\$32,78
047-JUROS DE MORA	R\$0,39
050-ACRESCIM(S) NES(ES) ANT.	R\$0,53

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$3,03 PIS E COFINS: LEI 12.741/12.

VENCIMENTO:

27/02/2016

Total a Pagar:

R\$33,70

v. 15,7 R. 1,0



REGISTRO DE LEITURA REALIZADA
REGISTRO DO FATURAMENTO REAL TIPO DE TARIFA: NORMAL

POSICÃO DE DEB. ANTERIOR(ES)
EXISTE(N) CONTA(S) ANTER. EM DÉBITO.

INFORMAÇÕES GERAIS:

MULHER QUE SE AMA, SE CUIDA, DIFUNDO ROSA - CAMPANHA EM PROL DA
DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER DE MAMA

**CAGEPA**

MATRICULA	REFERENCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
67466753	FEV/2016	27/02/2016	R\$33,70

52670000000-1 33780010820-2 74667530220-0 16000000002-3





DANIEL BRANDÃO DA COSTA
GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO
BRUNO DELGADO BRILHANTE

Broga, Brandão, Costa & Brilhante
Advogados

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA FINS JUDICIAIS

JOSE VALTER PEDRO DA SILVA, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF nº 728.752.914-91 e RG nº 1620985 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Severino Soares, S/N, Bairro Jardim Guanabara, CEP 58.701-380, declara, sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

Patos, 02 de Março de 2017.

DECLARANTE

João Pessoa - PB: Rua Flamboyant, nº 405, 1º andar, sala 204, Anatólia, 58052-010
Patos - PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, 58700-070
(81) 8810-1234/9996-4553/8712-9022 - bcbadvpcacia.adv.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 011754418940
 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

CPF: 0100125668-6
 DATA: 2015/04/06
 ANO: 2015

JOSE VALTER PEDRO DA SILVA

CPF: 72975291491
 PLACA: OFD8043/PB

WOTO PB 9CZKC1680Z529088

PAS/MOTOCICLETA/NO APLIC COMBUSTÍVEL
 ALCO/GASOL

HONDA/CG150 PAN ESDI 2014 2014

2 P/149 /CI CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE
 VERMELHA

IPVA PAGO EM 16/03/2015

PREÇO TOTAL (R\$) 0 DATA DE PAGAMENTO 16/03/2015

SEGURO P A G O 16/03/2015

A.F. ADM DE CONC NACION HONDA LTDA

PATOS-PB 0

36838 16/03/2015 38857







ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CNES: 2805473 CNPJ: 08.778.268/002376
NOME: HOSPITAL REGIONAL DE JANDUHY CARNEIRO
ENDEREÇO: RUA HORACIO NOBREGA, S/N
CIDADE: PATOS ESTADO: PARAIBA UF: 25
Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)
Paciente: JOSE VALTER PEDRO DA SILVA
Mae: MARIA DAS NEVES DA SILVA
Nascimento: 20/10/1987 Idade: 48 Cor: PARD A Sexo: M
Profissão: PEDREIRO
Endereço: RUA SEVERINO SOARES
Bairro: MATERNIDADE
Cidade: PATOS - PB - 58700-000 - 2510808
CNS: Identidade: 1620965 SSPPB
CPF: Reg. Nasc.:
Data / Hora: 4/12/2015 19:17:12 Recepcionista: Thaís
PESO: 70,6 2035,82334,8066 PA: 14009
TEMP: 36,5
ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

Intubação 8 gms

CARÁTER DO ATENDIMENTO

- 01 - ELETIVO ☐
02 - URGÊNCIA ☐
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA ☐
04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO ☐
05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS ☐

PROCEDIMENTO Descrição

Atendimento em UTI

DIAGNÓSTICO

Fratura de clavícula

CID-10

MEDICAÇÃO

1. PRESCRITA ☐
2. APLICADA ☐

ENCAMINHAMENTO

- OBSERVAÇÃO ☐
OUTRO HOSPITAL ☐
RESIDÊNCIA ☐
ÓBITO ☐
INTERNAÇÃO ☐
OUTROS ☐

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

1-	0	3	0	3	0	9	0	1	2	0
2-										
3-										

Ass. dos Profissionais Assistentes - carimbo

Dr. Marcelo Alves

CRM-PB 181

TEÓFILO GREGÓRIO DE ANDRADE - 2563 - 700-0030-6099-2707

ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

Ass. Revisor Técnico

Ass. Revisor Administrativo - carimbo



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE PATOS-PB**

JUSTIÇA GRATUITA

JOSÉ VALTER PEDRO DA SILVA, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF Nº 728.752.914-91 e RG Nº 1620985 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Severino Soares, S/N, bairro Jardim Guanabara, CEP 58.701-380, por meio de seu procurador que a esta subscreve, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194/74 e Decreto-Lei nº 73/66, propor:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE COBRANÇA
DE SEGURO OBRIGATÓRIO**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, Centro – Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

Patos – PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, 58700-070
(83) 9-9950-2293 – bcbadvogados.adv.br



1. DA JUSTIÇA GRATUITA

De início, requer sejam concedidos os benefícios da **Justiça Gratuita** nos termos da Lei nº 1.060/50 e da Lei nº 7.115/83, por não possuir meios capazes de suportar as despesas de um processo judicial, sem prejuízo próprio ou da família, para que assim não veja vencida a satisfação de seus Direitos, para tanto, **apresenta declaração de pobreza** que vai anexo juntamente com o instrumento procuratório.

2. DOS FATOS

O Promovente em questão, envolveu-se em acidente de trânsito no dia 04/12/2015, por volta das 19h:00min, quando conduzia sua moto de marca/modelo Honda CG 150 FAN ESDI, placa OFD-8043/PB, código RENAVAM 0100125668-6, conforme apresentado pela Ocorrência Policial nº 1330/16, confeccionada pela Polícia Civil (anexo).

O Relatório Médico para Avaliação de Invalidez Permanente demonstra que não havia defeito físico ou doença pré-existente no Promovente, não havendo possibilidade de operação significativa ou de cura, conforme se ratificará quando realizado a perícia judicial, o que se requer desde já.

O Promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT para DAMS e INVALIDEZ. Entretanto, não recebeu nenhuma quantia referente a tal seguro.

O Promovente faz jus a ter seu seguro tabelado na forma prevista no art. 3º da Lei do Seguro DPVAT.

Eis os fatos.

2.1 DO SEGURO OBRIGATORIO

Proveniente do acontecimento aqui citado, o autor sofreu lesões gravíssimas, comprovadas através de laudos médicos e nas próprias fichas de atendimento ambulatorial (anexa).

DEVE SER LEMBRADO, QUE MESMO DIANTE DE UMA LESÃO TÃO GRAVE EM DESFAVOR DO PROMOVENTE, O SR. JOSE VALTER PEDRO DA SILVA, NÃO RECEBEU NENHUMA QUANTIA EM RAZÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO.

3. MÉRITO

3.1 DA LEGITIMIDADE PASSIVA



Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.”

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

4. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

4.1 REFERENTES AO SEGURO OBRIGATÓRIO

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber o seguro obrigatório DPVAT.

Existe jurisprudência que entende que a deformidade permanente de membro enquadra-se no conceito preconizado pelo §1º, inciso, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.



APELAÇÃO CÍVEL - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEGURO DPVAT - ASSIMETRIA FACIAL LEVE - DEFORMIDADE PERMANENTE - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA DE LEVE REPERCUSSÃO - CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - FIXAÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO AO PATAMAR DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) - § 1º, INCISO II, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE - DECISÃO UNÂNIME.DPVATDPVAT§ 1ºII3º6.1941. A deformidade permanente proveniente de acidente automobilístico, de qualquer natureza, é indenizável; **desde que, haja a comprovação do sinistro e dele tenha originado as seqüelas no acidentado.**2. O conceito preconizado pelo § 1º, inciso II, do art. 3º da Lei 6.194/74, redação alterada pela Lei 11.482/07, garante a vítima de acidente automobilístico, quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta a indenização proporcional de 50% (cinquenta por cento) para as repercussões de natureza média, sobre o valor integral da indenização por morte ou invalidez permanente (R\$ 13.500,00).§ 1ºII3º6.19411.4823. **A finalidade precípua do seguro DPVAT é estabelecer a garantia de uma indenização que atenda às necessidades repentinas e prementes do acidentado, que no caso em tela, teve como consequência e em decorrência do sinistro, deformidade permanente no membro inferior direito.**DPVAT4. Recurso provido em parte. Decisão Unânime. (1202431020098170001 PE 0120243-10.2009.8.17.0001, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 14/12/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 235). (grifos nossos).

O julgado acima defende, portanto, que o segurado seja beneficiado por motivo de todas as sequelas que sofreu, passando a receber uma quantia justa, nem exorbitante, nem inferior aos traumas a que passou. Além do mais, ninguém está preparado para a ocorrência de um sinistro, o Seguro Obrigatório DPVAT visa justamente amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despendar; que em um caso de invalidez permanente, nunca cessarão.

O cálculo realizado pela seguradora o do inciso II do § 1º do já citado art. 3º da Lei 6194/74, onde ocorre a diminuição da proporção da tabela. No entanto, tal diminuição só é procedente em casos de incapacidade



permanente parcial, que como já demonstrado, não foi o que restou comprovado nos laudos técnicos, não tendo o condão, portanto da ré diminuir de per si, o valor devido. Sendo assim, tem sim direito, o autor à aplicação, em seu caso, do I, §1º, do art 3º da lei do seguro obrigatório (6194/74), ou seja, **o Promovente faz jus a ser enquadrado diretamente na tabela.** O autor não recebeu nenhuma quantia para ampará-la. **Diante de tudo o que sofreu o autor e que vem sofrendo, pois este ainda sofre de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o I, §1º, art 3º da Lei 6194, é o mais justo ao seu caso.**

Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que o autor tinha ou enxugaria suas lágrimas, mas ajudaria em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária, que é para isso que serve o seguro: **amenizar a perda, no caso do promovente.**

A indenização do seguro obrigatório DPVAT está condicionado a simples prova acidente e dano decorrente, segundo o art. 5º da Lei nº6.194/74:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, os documentos anexados, bem como a perícia a ser realizada judicialmente, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

5. DOS PEDIDOS

Ante o exposto passa a requerer:

- a) A citação da demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- b) A procedência da ação, determinando a parte demandada ao pagamento do seguro obrigatório DPVAT, de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), valor este referente a 25% do teto estabelecido, corrigido e acrescido de juros de mora a partir da citação, em consonância com a perda completa da mobilidade de um dos ombros;**

Patos – PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, 58700-070
(83) 9-9950-2293 – bcbadvogados.adv.br



c) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita ao autor, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;

e) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especificamente, pericial, documental e depoimento pessoal do Promovente;

f) A condenação da parte ré nas custas processuais e pagamento de honorários sucumbenciais arbitrados por Vossa Excelência, onde aponta o percentual de 20% (vinte por cento).

Dá-se a causa o valor de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)**.

Termos em que,
Pede deferimento.

Patos/PB, 18 de março de 2020.

GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO
OAB/PB 16.870

ELIAKIN OLIVEIRA BRANDÃO
OAB/PB 25.151





União Brasileira de Advogados
Classe Especial de Advocacia
Braga, Brandão, Costa & Brilhante

Braga, Brandão, Costa & Brilhante
Advogados

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:

JOSE VALTER PEDRO DA SILVA, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF nº 728.752.914-91 e RG nº 1620985 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Severino Soares, S/N, Bairro Jardim Guanabara, CEP 58.701-380.

OUTORGADOS:

DANIEL BRAGA DE SÁ COSTA, OAB/PB 16.192, brasileiro, casado, GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO, OAB/PB 16.870, brasileiro, casado, e FERNANDA MORAIS DINIZ FÉLIX FREITAS, OAB/PB 19.479, brasileira, casada, advogados, todos com endereço profissional na Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, Patos - PB, onde deverão receber as comunicações processuais de estilo.

PODERES:

O OUTORGANTE nomeia e constitui os OUTORGADOS seus bastante procuradores, onde com esta se apresentam, outorgando-lhes os necessários poderes para representá-lo em juízo ou fora dele conforme consagra o artigo 105 do Código de Processo Civil, concedendo-lhe ainda, poderes para agir em qualquer ação em que for autor, réu, assistente ou oponente, podendo tudo praticar, requerer, assinar, com poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, reconvir, concordar, discordar, ratificar, receber quantias, receber citações e intimações, dar quitação, acompanhar quaisquer procedimentos em todos os termos ou instâncias, representar perante repartição, autarquia ou órgão federal, estadual ou municipal, firmar qualquer compromisso e ainda praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao integral e fiel cumprimento do presente mandato para que o confere os mais amplos poderes, bem como os contidos na cláusula "ad iudicia et extra" podendo substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes aqui conferidos, inclusive os dispostos nas leis 1.060/50, 5.584/70, 7.510/86 e, especificamente, poderes para assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme art. 1º da lei 7.115/83 e da lei 1.060/50.

Patos, 02 de Março de 2017.

OUTORGANTE

João Pessoa - PB: Av. Flamboyant, nº 120, Empresarial Fortman Center, Sala 201, Balcão 1
Patos - PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro.
(83) 98610-1234/99564-2019/98712-9022 - bcbadvocacia.adv.br





**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA**

Processo nº 0804685-56.2017.8.15.0251

AUTOR: JOSE VALTER PEDRO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

Acato os esclarecimentos fornecidos pelo autor, determinando que sejam excluídos dos autos os documentos vinculados ao ID 9706584, já que dizem respeito a parte alheia à demanda.

1. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.
2. Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e art. 8º cc. 139, II, ambos do CPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação do art. 334 do CPC, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, deste Diploma.
3. **Cite-se** a parte requerida, por carta com AR, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do CPC, sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC). Voltando o AR negativo, cite-se por oficial de justiça, uma vez recolhidas as custas respectivas, se for o caso, inclusive intimando-se para tanto, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
4. Apresentada contestação, a parte autora deve ser **intimada** para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os arts. 350 e 351 do NCPC, podendo, inclusive, corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do NCPC.

Cumpra-se. Intimações e Diligências necessárias.

Patos, 2 de julho de 2020

**Bruno Medrado dos Santos
Juiz de Direito**





Poder Judiciário da Paraíba

7ª Vara Mista de Patos

AV DOUTOR PEDRO FIRMINO, S/N, - até 199/200, CENTRO, PATOS - PB - CEP: 58700-071

Número do Processo: 0804685-56.2017.8.15.0251

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Seguro]

Polo ativo: AUTOR: JOSE VALTER PEDRO DA SILVA

Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, deixei de excluir dos autos os documentos vinculados ao ID 9706584, por não existir conteúdo apenas segue petição inicial em PDF.

PATOS, 8 de julho de 2020
MARIA BETANIA DE ARAUJO SILVA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE PATOS

Juízo do(a) 7ª Vara Mista de Patos

AV DOUTOR PEDRO FIRMINO, S/N, - até 199/200, CENTRO, PATOS - PB - CEP: 58700-071

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

EXPEDIENTE DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0804685-56.2017.8.15.0251

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

AUTOR: JOSE VALTER PEDRO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). BRUNO MEDRADO DOS SANTOS, MM Juiz(a) de Direito deste 7ª Vara Mista de Patos, fica(m) **CITADA(s) a(s) parte(s) REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., através de seu(s) advogado(s) cadastrado(s) no PJE**, abaixo indicado(s), por todos os atos do processo acima mencionado, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do CPC, sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC)

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

Observação: A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

PATOS-PB, em 8 de julho de 2020

De ordem, MARIA BETANIA DE ARAUJO SILVA
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A DECISÃO/DESPACHO ACESSSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX

